



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**

**PROJETO BÁSICO**

**Contratação de Serviço de Emissão de Ordem de Pagamento  
por meio de Vale Postal Eletrônico para as Eleições  
Suplementares de Martinópolis, Missão Velha e Pedra Branca.**

**1. Objeto**

Serviço de remessa de numerário e emissão de ordem de pagamento aos mesários, delegados de prédio e apoio auxiliares nas Eleições Suplementares de Martinópolis, Missão Velha e Pedra Branca, por meio de vale postal eletrônico, disponibilizado pelas agências da CONTRATADA, em âmbito nacional.

**2. Finalidade e Justificativa**

A presente aquisição do serviço de remessa de ordem de pagamento por meio de vale postal eletrônico aos mesários, delegados de prédio e apoio auxiliares convocados pela Justiça Eleitoral para atuarem nas Eleições Suplementares de Martinópolis, Missão Velha e Pedra Branca diante do trabalho ininterrupto a ser realizado pelos mesários e demais auxiliares das referidas Eleições, justifica-se pelo diferencial de melhor liquidez do objeto contratado, na medida em que o vale será resgatado em espécie, facilitando aos beneficiários o ressarcimento de suas despesas.

A adoção do vale postal eletrônico, rotina já utilizada em diversas eleições, se mostra mais vantajosa em relação a outras modalidades como, por exemplo, carteira digital banco do Brasil, já utilizada e objeto de severas críticas.

A despeito de ainda possuir algumas rotinas passíveis de melhora, este TRE-CE vem utilizando a modalidade de pagamento por meio de vales postais aos mesários e colaboradores de cada pleito com as seguintes vantagens:

- a) Capilaridade plena em todo o estado do Ceará com a utilização das agências dos Correios disponíveis para o pagamento ao mesário e colaborador;
- b) Certeza da percepção do benefício por parte do mesário e colaborador, haja vista o caráter pessoal e intransferível do mesmo e a necessidade de identificação pessoal do beneficiário;

c) Devido ao fato do recurso não ficar disponível materialmente nas dependências desta Justiça Especializada, garante-se a segurança em seu manuseio pelos servidores gestores contratuais.

Dessarte, o atual sistema de vale postal eletrônico apresenta-se vantajoso quanto à segurança na emissão e controle dos pagamentos, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente trabalharam no processo eleitoral serão beneficiadas, assegurando plena transparência e lisura no uso do recurso público.

Ainda, tendo em vista que os valores não resgatados pelos beneficiários retornam ao Erário, por evitar perdas financeiras, o vale postal eletrônico gera ganho à Administração, compensando-se, inclusive, o valor a ser pago por taxa de serviço aos Correios.

Assim, a presente contratação mostra-se mais célere, haja vista não ser necessária a abertura de processo licitatório, dada a premência dos prazos para a realização das presentes eleições suplementares (a ocorrer dentro de pouco menos de dois meses, com data prevista para 1º/08/2021).

Por fim, salientamos que a taxa de administração cobrada pelos serviços a serem fornecidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, no valor unitário R\$ 7,38 por emissão de vale, se encontra no mesmo patamar ao celebrado com a referida empresa em outras eleições.

### **3. Especificações do Serviço e obrigações da CONTRATADA**

**3.1** Os vales postais serão destinados aos mesários, delegados de prédio e auxiliares convocados pela Justiça Eleitoral para atuarem nas Eleições Suplementares de Martinópolis, Missão Velha e Pedra Branca, possuindo valor facial unitário de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

**3.2** É vedada a emissão de vale postal eletrônico em favor de magistrados, promotores, e aos servidores da Justiça Eleitoral, requisitados e efetivos.

**3.3** O prazo de resgate dos vales postais, disponibilizado aos beneficiários que laboraram nas eleições suplementares de Martinópolis, Missão Velha e Pedra Branca será de **17 de agosto a 17 de setembro 2021**, cabendo aos gestores do contrato solicitar prorrogações de prazo de disponibilidade à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, quando necessário, até o limite de vigência contratual.

**3.4** Inicialmente, o quantitativo estimado de vales será o constante da planilha contida no Anexo deste termo de referência. Esse quantitativo poderá ser alterado, a critério da CONTRATANTE, que deverá informar à CONTRATADA até a data do pagamento assinalada no item 3.5.

**3.5** O valor correspondente aos vales referente às Eleições será depositado pela CONTRATANTE até **3 de agosto de 2021, conforme domicílio bancário a ser fornecido pela contratada.**

**3.6** A CONTRATADA deverá estar em condições de iniciar o pagamento da totalidade dos vales postais eletrônicos nos prazos estipulados no item 3.3 deste termo de referência.

**3.7** A remuneração da CONTRATADA será calculada mediante um valor fixo de R\$ 7,38 (sete reais e trinta e oito centavos) a ser pago por vale postal eletrônico emitido, ainda que não resgatado.

**3.8** Em cada um dos 183 (cento e oitenta e três) municípios do Interior do Estado do Ceará deverá haver pelo menos 1 (uma) agência credenciada pela CONTRATADA para efetuar o resgate dos vales postais eletrônicos. Em Fortaleza a CONTRATADA deverá possuir uma rede de pelo menos 15 (quinze) agências. O resgate do vale deve ser permitido em qualquer agência da CONTRATADA no Estado do Ceará.

**3.9** A CONTRATADA deverá apresentar relação, por município, das agências credenciadas no Estado do Ceará, aptas a efetuarem o resgate dos vales postais. A relação deverá ser fornecida, por escrito e em meio magnético, aos gestores do contrato, até 7 (sete) dias corridos após a sua assinatura;

**3.10** Em hipótese alguma poderá deixar de haver pelo menos 1 (uma) agência credenciada em cada município do interior do Estado do Ceará;

**3.11** Caberá à CONTRATADA advertir as agências credenciadas acerca da impossibilidade de resgate do vale postal eletrônico por valor inferior ao indicado no sistema, cominando sanções para tal procedimento;

**3.12** Para efetuar o resgate, o beneficiário deverá comparecer a qualquer agência credenciada, munido de um documento oficial de identidade com foto (RG, Carteira Profissional, CTPS, Certificado de Reservista, CNH), devendo informar ao caixa o número do seu título de eleitor.

**3.13** Os vales não resgatados no prazo estabelecido pela CONTRATANTE serão tidos como inválidos e não poderão, sob hipótese alguma, ser objeto de resgate posterior, cabendo à CONTRATADA advertir suas agências credenciadas quanto a essa proibição.

**3.14** A CONTRATADA deverá remeter à CONTRATANTE a documentação comprobatória (relatório de prestação de contas e dos vales pagos) e os arquivos magnéticos relativos aos resgates que houverem sido procedidos, os quais serão oportunamente conferidos pelos gestores do contrato.

**3.14.1** Os gestores do contrato, bem como qualquer unidade técnica deste Tribunal, poderão, dentro de suas competências, solicitar à CONTRATADA dados, explicações e outros documentos que julgarem necessários ao procedimento de prestação de contas.

**3.15** O relatório e o arquivo magnético de que trata o item anterior devem conter, obrigatoriamente: o nome, o número do título de eleitor e Zona Eleitoral do eleitor beneficiado; data, hora e agência onde o pagamento foi efetuado; nome e matrícula do funcionário da ECT que efetuou o pagamento.

**3.16** A CONTRATADA deverá restituir à CONTRATANTE, por meio de GRU, preenchida pelos dados da UG da Contratante 070007, Gestão 1 (Tesouro), Código 68888-6, o valor referente ao quantitativo de vales postais eletrônicos não resgatados.

**3.17** A CONTRATADA deverá disponibilizar, durante todo o período contratual, funcionário de seu quadro para contato permanente, durante o horário comercial, o qual se encarregará do recebimento de eventuais denúncias de irregularidades e de reclamações que lhe forem encaminhadas, tais como, recusa no pagamento do vale, pagamento do vale em valor inferior ao valor de face, pagamentos indevidos dentre outras, devendo este solucioná-las em prazo nunca superior a 24 (vinte e quatro) horas.

**3.17.1** Será admitido mais de um funcionário da CONTRATADA para exercer essa atribuição.

**3.17.2** O nome do(s) funcionário(s), bem como seus telefones (celular, pessoal e profissional) e *e-mail*, deverão ser fornecidos no prazo de 7 (sete) dias a contar da assinatura do contrato.

**3.17.3** A constatação de que o problema citado na cláusula 3.17 foi solucionado será efetuada mediante a comprovação de que o vale postal eletrônico teve o seu valor resgatado pelo reclamante junto à agência credenciada.

#### **4. Demais Obrigações da CONTRATADA**

**4.1.** Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme determina a Lei específica.

**4.2.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultantes da execução do contrato.

**4.3.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

**4.4.** Responder diretamente pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

**4.5.** Observar a vinculação entre o valor a ser devolvido e a informação constante do arquivo magnético especificados nos itens 3.14 e 3.15.

#### **5. Obrigações da CONTRATANTE**

**5.1** Fornecer à CONTRATADA relação dos beneficiários do vales postais conforme especificados no item 3.4.

**5.1.1** Na circunscrição de cada Zona Eleitoral impactada, o Chefe de Cartório será responsável pela elaboração da relação dos mesários, delegados de prédio e demais auxiliares, que será enviada para a CONTRATADA, para fins de pagamento.

**5.1.1.1** Os Chefes de Cartório deverão observar os quantitativos de vales postais destinados à sua respectiva Zona Eleitoral;

**5.1.1.2** As designações que ultrapassarem os quantitativos previstos para cada Zona serão desconsideradas;

**5.1.1.3** Cabe ao Chefes de Cartório informar aos gestores do contrato acerca de qualquer anormalidade referente a execução deste serviço, que venham a dificultar aos beneficiários o resgate dos vales, na circunscrição de sua Zona Eleitoral.

**5.2.** Efetuar a disponibilização dos valores para pagamento dos vales postais conforme especificado no item 3.5.

**5.3.** Promover, através de seus representantes (gestores contratuais), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

**5.4.** Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado.

**5.5.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do contrato.

**5.6.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA (taxa de prestação de serviço) conforme especificações e prazos contidos neste Termo de Referência.

**5.7.** Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA antes do pagamento.

## **6. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA CONTRATADA**

A Lei nº 6.538, de 22 de Junho 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, prevê:

*Art. 2º - **O serviço postal** e o serviço de telegrama **são explorados pela União, através de empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações.***

*(...)*

*Art. 7º - **Constitui serviço postal** o recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas, conforme definido em regulamento.*

*(...)*

*§ 2º - **Constitui serviço postal** relativo a valores:*

*a) remessa de dinheiro através de carta com valor declarado;*

***b) remessa de ordem de pagamento por meio de vale-postal;***

*c) recebimento de tributos, prestações, contribuições e obrigações pagáveis à vista, por via postal.*

Dessarte, sugere-se o arrimo da presente contratação arvorando-se no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece, *in verbis*:

**Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:[...]**

## **7. PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**7.1.** Para efetivação da prestação de contas, pelos gestores do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar:

**7.2.1.** Relatório sintético contendo:

- a) O valor dos vales resgatados pelos beneficiários junto às agências credenciadas;
- b) Planilha relativa à quantidade de vales pagos em cada Zona Eleitoral;

**7.2.2.** O arquivo magnético contendo o registro dos resgates efetuados, bem como todos os vales resgatados, obedecendo o previsto nos itens 3.14 e 3.15.

## **8. DOS PAGAMENTOS**

**8.1.** O valor que porventura sobejar, relativo aos vales não resgatados, será devolvido à CONTRATANTE mediante GRU, com a mesma parametrização descrita no item 3.16, sem prejuízo de eventuais diferenças que venham a ser apuradas pelos setores técnicos deste Tribunal.

**8.2.** A CONTRATADA deverá apresentar a fatura referente à taxa de prestação de serviço para pagamento por parte da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 15(quinze) dias.

**8.3.** O valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**8.4.** No ato de apresentação da Nota Fiscal, a CONTRATADA deverá encaminhar os seguintes documentos:

- a) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011.

## **9. PENALIDADES**

**9.1.** A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

**9.2.** O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência;

- b) multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por dia, limitada ao percentual máximo de 4%(quatro por cento), por atraso injustificado no cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência;
- c) multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 7% (sete por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

**9.3.** Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

**9.4.** As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e e 9.2.f poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**9.5.** Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

**9.6.** Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

**9.7** Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

## **10. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**10.1.** Foram nomeados para gestores deste procedimento os servidores **Cyntia Monteiro Dantas Toscano e Paulo Magno Carvalho de Albuquerque.**

**10.2.** A vigência deste contrato será até o dia 17 de dezembro de 2021, com termo inicial a partir da data de sua publicação no órgão oficial competente. Caso a prestação de contas por parte da CONTRATADA não ocorra até a referida data, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento no ano seguinte.

**10.3.** Os casos omissos serão resolvidos pela Administração deste TRE-CE.

**Fortaleza, 22 de junho de 2021**

**Paulo Magno Carvalho de Albuquerque**  
**Técnico Judiciário – Matrícula nº 67.951**



## ANEXO

### ELEIÇÕES SUPLEMENTARES DE MARTINÓPOLE, MISSÃO VELHA E PEDRA BRANCA

#### QUANTIDADE DE VALES ESTIMADA

<b>FUNÇÃO</b>	<b>MARTINÓPOLE (25ªZE)</b>	<b>MISSÃO VELHA (16ªZE)</b>	<b>PEDRA BRANCA (59ªZE)</b>
MESÁRIOS	132	368	544
DELEGADOS DE PRÉDIO	9	36	71
AUXILIARES E APOIO	47	80	130
<b>TOTAL POR ZONA</b>	<b>188</b>	<b>484</b>	<b>745</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1417</b>		

TOTAL ESTIMADO DE VALES = 1.417

#### CÁLCULO DO VALOR ESTIMADO

VALOR DE FACE DO VALE – R\$ 35,00

VALOR DA TAXA DE SERVIÇO – R\$ 7,38

TOTAL = 1.417 X (R\$ 35,00 + R\$ 7,38) = 1.417 X (R\$42,38) = R\$ 60.052,46